

Decisão sobre créditos pode ser adiada

WASHINGTON — A desclassificação dos créditos do Brasil, o mais novo fantasma da dívida externa, porque significaria na prática a retaliação dos credores, muito provavelmente será adiada quando a Comissão Interministerial de Revisão da Exposição nos Países (Icerc) se reunir no fim de outubro, revelou um funcionário do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos.

Além das razões meramente políticas — Alan Greenspan, o novo presidente do Fed, acaba de assumir e o governo Reagan gostaria de evitar uma crise no sistema financeiro pelo menos até o fim de 1988, quando conclui seu mandato —, o Brasil não se enquadra nos critérios exigidos para a desclassificação.

Para ter seu crédito rebaixado à categoria de "depreciado", um país precisa atender a pelo menos dois de quatro critérios. O primeiro é não pagar "plenamente" os juros da dívida por seis meses; o segundo, não cumprir acordos assinados com o FMI nem dar sinais de disposição de fazê-lo imediatamente; o terceiro, não cumprir os acordos de reescalonamento por mais de um ano, e, finalmente, o país não apresentar perspectivas "definidas" de normalização do serviço da dívida em futuro próximo.

Como o Brasil continua pagando os

juros das linhas de crédito de curto prazo, nem sequer o primeiro dos critérios se aplica. Além disto, o país não tem qualquer acordo atualmente com o FMI e, portanto, não se encaixa no segundo item. E nem o terceiro nem o quarto critérios seriam justificáveis em relação ao país.

Há outras razões. A reclassificação forçaria o aumento das reservas de provisão para empréstimos duvidosos dos bancos credores e alguns — como o Bank of America — estão numa situação vulnerável a choques deste tipo. Além disto, tomar uma iniciativa que possa levar a represálias por parte do Brasil numa época de elaboração da nova Constituição é, no mínimo, imprudente.

Como as negociações para o reescalonamento da dívida estarão em andamento, considera-se melhor criar um clima propício para que sejam bem sucedidas e não "virar a mesa antes da hora".

A Comissão Interministerial de Revisão da Exposição nos Países (Icerc) é constituída por representantes do Fed, do Controlador da Moeda (*Currency Controller*, órgão do Departamento do Tesouro) e da Corporação Federal de Seguro de Depósitos, mais conhecida pela sigla em inglês FDIC. Cada um desses

órgãos tem um representante permanente e dois assessores, que formam a equipe responsável pela fiscalização dos bancos americanos.

A Icerc examina os números fornecidos pelos credores, análises da situação político-econômica, bem como declarações dos principais líderes do país, visado antes de decidir se a dívida com os bancos americanos deve ou não ser reclassificada.

Em março, logo depois do anúncio da moratória do pagamento de juros pelo governo brasileiro, o Icerc rebaixou pela primeira vez a categoria dos créditos do Brasil para "abaixo do padrão" (*substandard*). Agora, após seis meses de moratória, o órgão poderia declarar que caiu para a categoria "depreciada" (*Value impaired*).

Se isso vier a ocorrer, a credibilidade do Brasil nos mercados financeiros internacionais poderá sofrer erosão duradoura. Ficaria muito difícil para os bancos americanos participarem de um novo empréstimo de US\$ 7,2 bilhões para o país, por exemplo. Mas, segundo sinais emitidos tanto pelos grandes bancos como por alguns dos participantes do Icerc, tudo será feito para se evitar isso. (R. G.).